



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 09-07-2019
Nota Informativa**

DELIBERAÇÕES TOMADAS

PLENÁRIO DE 09 DE JULHO DE 2019



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JULHO 2019

Página 1

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019**Nota Informativa**

Na Sessão Plenária de 09-07-2019 estiveram presentes:

PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra.

VICE-PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. José António de Sousa Lameira.

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Dr. José Alexandre de Sousa Machado; Prof. Doutor José Cardoso da Costa.

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - Dr. Jorge Salvador Picão Gonçalves, Prof. Doutor Serafim Pedro Madeira Froufe, Dra. Susana de Meneses Brasil de Brito, Dr. Victor Manuel Pereira de Faria, Prof. Doutor Jorge André de Carvalho Barreira Alves Correia, Prof. Doutor João Eduardo Vaz Resende Rodrigues e Dr. Jorge Salvador Picão Gonçalves.

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS - Juiz Desembargador Dr. Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo, Juiz Desembargador Dr. Leonel Gentil Marado Serôdio, Juíza de Direito Dra. Susana Isabel Santos Pinto de Oliveira Ferrão da Costa Cabral, Juiz de Direito Dr. José Manuel Monteiro Correia, Juíza de Direito Dra. Lara Cristina Mendes Martins, Juiz de Direito Dra. Sofia Alexandra Parreirinha Martins da Silva;

JUIZ SECRETÁRIO - Juiz de Direito Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco.

FUNCIONÁRIOS - José António Carvalho Martins; José Martins Cordeiro.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

Estiveram também presentes, a Exma. Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago, e o Exmo. Senhor Vice-Presidente da Ordem dos Advogados, o Exmo. Sr. Dr. Manuel G. Henriques, participando em conformidade com o previsto no artigo 156.º, n.º 4, do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

*

Presenciou a sessão, na qualidade de observadora, a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Cristina Dias Chambel Matias.

*

O Exmo. Senhor Presidente deu a conhecer aos Exmos. Senhores Conselheiros de que **a Comissão Iberoamericana de Ética Judicial da Cumbre Iberoamericana de Ética Judicial**, na sua XV Reunião, em Madrid, no dia 3 de julho de 2019, **decidiu outorgar o Prémio Iberoamericano do Mérito Judicial ao Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Jubilado, Dr. António Henriques Gaspar**, pela sua carreira dedicada de maneira especial à defesa da Ética Judicial e, em particular, pela sensibilidade demonstrada na protecção dos direitos fundamentais, pela contribuição para humanizar a justiça e pelo fortalecimento da independência dos juízes e melhoria das suas condições materiais e humanas, procurando uma justiça mais amigável e próxima dos cidadãos.

*

Na Sessão Plenária de 09-07-2019, com início pelas 10 horas e 40 minutos, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

1) Foi deliberado, por unanimidade, **aprovar a nomeação para o Supremo Tribunal de Justiça da Exma. Senhora Dra. Maria Teresa Féria Gonçalves de Almeida, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa**, em vaga aberta na sequência da jubilação de Juiz Conselheiro, sendo tal vaga destinada a Juízes da Relação, nos termos da alínea a), do n.º 6, do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na redacção dada pela Lei n.º 26/2008, de 27 de Junho.

*

2) Foi aprovada a acta n.º 13/2019, do Plenário de 18-06-2019.

*

3) Foi deliberado, por unanimidade, **aprovar projecto de deliberação em** que foi relatora a Exma. Vogal Dra. Lara Martins relativamente ao **incidente de aceleração processual, no sentido do indeferimento do mesmo.**

Mais foi deliberado por unanimidade que, tendo este Conselho verificado que ocorrem atrasos na emissão dos relatórios referentes a pedidos de liberdade condicional, **enviar cópia da presente decisão à Direcção-Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, no sentido de serem agilizados os procedimentos, de modo a que tais relatórios possam ser apreciados tempestivamente.**

*

4) Foi deliberado, por unanimidade, **aprovar o projecto de deliberação em** que foi relator o Exmo. Vogal Juiz Desembargador Dr. Jorge Raposo **relativamente a incidente de aceleração processual, no sentido do indeferimento do mesmo**, por ser manifestamente infundado.



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

5) Foi deliberado, por unanimidade, aprovar projecto de deliberação em que foi relator o Exmo. Vogal Juiz Desembargador Dr. Leonel Serôdio relativamente a incidente de aceleração processual, no sentido da improcedência do mesmo.

*

6) Foi deliberado por unanimidade ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que aprovou a proposta de lista de locais de estágio do 33.º Curso Normal de Formação para os Tribunais Judiciais.

*

7) Foi deliberado por unanimidade ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que aprovou a proposta de lista de locais de 2º ciclo do 34.º Curso Normal de Formação para os Tribunais Judiciais, de nomeação de novos formadores e de renovação de anteriores formadores.

*

8) Foi deliberado por unanimidade ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção por limite de idade, a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Lúcia Adelaide Ferreira da Silva Martins.

*

9) Foi deliberado por unanimidade ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção por limite de idade, a Exma. Senhora Juíza Desembargadora, Dra. Maria de Jesus Pereira.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

10) Foi deliberado por unanimidade **ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que acolheu a escolha de colocação da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Bárbara da Costa Oliveira, no Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro, em razão de alteração de classificação de tribunal de Primeira Nomeação para Acesso Final.**

*

11) Foi deliberado por unanimidade **ratificar despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente que, nos termos do disposto no artigo 72.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, nomeou, com efeitos a 16 de julho de 2019, os Juízes de Direito em regime de estágio, em regime de efectividade, os quais irão ser colocados no âmbito do movimento judicial ordinário de 2019.**

*

12) Apreciado o expediente remetido por Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna, foi deliberado por unanimidade **autorizar a nomeação, em comissão de serviço, da Exma. Senhora Juíza Desembargadora, Dra. Anabela Leitão Cabral Ferreira, para o cargo de Inspectora-Geral da Administração Interna, com efeitos a partir de 12.07.2019.**

Mais foi deliberado por unanimidade dar conhecimento desta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa.

*

13) Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta de deliberação, datada de 4 de julho de 2019, apresentada pelo Juiz-Secretário deste Conselho e, em consequência, **aprovar o Projecto do Movimento**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Judicial Ordinário de 2019, relativo aos Tribunais da Relação, tal como publicitado na versão final e consolidada de 27 de Junho de 2019.

O Exmo. Senhor Prof. Doutor João Vaz Rodrigues, proferiu a seguinte declaração para a acta: *“Constato que na distribuição do número de Senhores Juízes Desembargadores o Tribunal da Relação de Évora vai contemplado com um número manifestamente insuficiente de “recursos” (3). Incumbe-me sublinhar o “desconforto”, tanto mais que esta distribuição de recursos é materializada à bolina de sucessivas “promessas” e “expectativas” não concretizadas. Ficaria de mal com a minha consciência se silenciasse esta inconformidade.”*

*

14) Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta de deliberação, datada de 4 de Julho de 2019, apresentada pelo Juiz-Secretário deste Conselho e, em consequência, **aprovar o Projecto do Movimento Judicial Ordinário de 2019, relativo aos Tribunais de 1.ª Instância, tal como publicitado na versão final e consolidada de 27 de Junho de 2019.**

Mais foi deliberado, por maioria - com os votos de vencidos dos Exmos. Senhores Vice-Presidente e Dr. Leonel Serôdio -, aprovar as propostas de deliberação relativamente às reclamações apresentadas.

O Exmo. Senhor Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração para a acta, que foi igualmente subscrita pelo Exmo. Sr. Dr. Leonel Serôdio: *“Voto vencido, pois, deferiria a reclamação apresentada pela Exma. Senhora Dra. Isabel Maria Rebelo Antunes Ferreira, uma vez que entendo, tal como a Reclamante, que a Sra. Juíza Susana Pereira não reúne os requisitos do artigo 43.º, n.º 1, do E.M.J., já que, estando colocada num Juízo Central, concorreu e foi colocada, a seu pedido, numa Instância Local, pelo que não podia agora, decorrido apenas 1 ano, voltar a concorrer para um Juízo Central”.*

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

15) Foi deliberado, por unanimidade, **propôr** ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, na sequência da proposta formulada pelo Exmo. Sr. Juiz Conselheiro Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Dr. José António de Sousa Lameira, **a nomeação da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Rosa dos Remédios Lima Teixeira, como Adjunta do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e Membros do Conselho Superior da Magistratura**, em comissão de serviço, nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de Agosto, com efeitos a partir de 16-07-2019, sem prejuízo de ser assegurado o serviço de turno e respectiva suplência, no período das próximas férias judiciais de Verão.

*

16) Foi deliberado, por unanimidade, **propôr** ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, na sequência da proposta formulada pelo Exmo. Sr. Juiz Conselheiro Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Dr. José António de Sousa Lameira, **a nomeação da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Célia Isabel Bule Ribeiro Marques dos Santos, como Adjunta do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e Membros do Conselho Superior da Magistratura**, em comissão de serviço, nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de Agosto, com efeitos a partir de 16-07-2019, sem prejuízo de ser assegurado o serviço de turno e respectiva suplência, no período das próximas férias judiciais de Verão.

*

17) Foi deliberado aprovar por unanimidade a proposta, apresentada pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente, relativa aos procedimentos atinentes à designação a que se reporta o n.º 2 do art.º 138º da Lei n.º 21/85, de 30 de



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Junho (E.M.J.) – designação do Juiz-Secretário, pelo que, atenta a aprovação, foi deliberado, por unanimidade, **autorizar a nomeação**, em substituição do Dr. Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco - que cessará a sua comissão de serviço em 31/08/2019 -, **da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Cristina Dias Chambel Matias**, do Juízo de família e menores do Barreiro - Juiz 2, da comarca de Lisboa, **para exercer**, em comissão de serviço ordinária de natureza judicial, por um período de 3 anos, com efeitos a partir de 01/09/2019, **as funções de Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura**, guardando vaga no lugar de origem, nos termos dos artigos 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, número 1, alínea c) e 57.º, número 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

*

18) Apreciada a proposta do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, foi deliberado por unanimidade atento o disposto nos artigos 53.º, n.º 1, 54.º, n.º 1, e 57.º, n.º 3, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, e 2.º, n.º 1, do Regulamento da Assessoria no Supremo Tribunal de Justiça para a Magistratura Judicial, **autorizar a nomeação, para exercerem funções como Juízes Assessores no Supremo Tribunal de Justiça, em comissão de serviço, os Exmos. Srs. Juízes de Direito, Dr. Rui Miguel Fonseca Machado e Dra. Raquel de Sousa Lima Galvão, com efeitos a 1 de setembro de 2019 e, por outro lado, dar sem efeito a renovação da comissão de serviço, relativa ao Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. Nuno Filipe de Sousa Pinheiro Coelho, deliberada na Sessão Plenária de 04-06-2019.**

*

19) Apreciada a proposta do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a respeito da designação do **Exmo. Senhor Juiz Conselheiro António Santos Abrantes Gerales** como Correspondente



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Nacional da 5ª. Secção (Direito e Ciência Política) da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, **foi deliberado por unanimidade aprovar o seguinte louvor:** *“O Conselho Superior da Magistratura congratula-se com a designação do Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, António Santos Abrantes Galdes, como Correspondente Nacional da 5ª Secção (Direito e Ciência Política) da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa.*

Este acto, que teve lugar em 30 de Maio de 2019, honra a magistratura nacional e o Supremo Tribunal de Justiça e representa o reconhecimento da sociedade civil pela excelência das qualidades profissionais e científicas do Juiz Conselheiro Abrantes Galdes. Vogal do Conselho Superior da Magistratura entre 2004 e 2007. O designado é autor de uma extensa bibliografia no domínio do Direito, evidenciando os benefícios da interpenetração entre a judicatura e a academia”.

*

20) Foi deliberado por unanimidade **autorizar**, nos termos do artigo 67.º, n.ºs. 3 e 4 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, **o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Jubilado, Dr. Gabriel Martim dos Anjos Catarino, a exercer funções na 3.ª Secção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, por mais um ano e com efeitos a 01.10.2019.**

*

21) Apreciada a proposta do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça relativamente à Formação de Juízes Conselheiros quanto ao procedimento especial de acesso a dados de telecomunicações e Internet pelos oficiais de informações do Serviço de Informações de Segurança e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, em conformidade com o disposto no artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto, foi deliberado por unanimidade **nomear o**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Dr. Gabriel Martim dos Anjos Catarino, para integrar esta Formação, de 16 de Julho a 31 de agosto de 2019 (férias judiciais de verão).

*

22) Apreciada a proposta do Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, foi deliberado por unanimidade autorizar a nomeação como Adjunta do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal, a Exma. Sra. Juíza de Direito, Dra. Georgina Maria Fragoso de Abreu Fernandes Camacho.

*

23) Foi deliberado por unanimidade autorizar a renovação da comissão de serviço da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Rute Isabel da Piedade Santos Saraiva, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, por mais um ano e com efeitos a 1 de Setembro de 2019.

*

24) Apreciado o expediente apresentado Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Ricardo Alberto Santos Costa, foi deliberado por unanimidade autorizar o mesmo a leccionar, sem remuneração, no Curso Breve de Direito Empresarial, organizado pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, bem como a integrar o Júri das Provas de Avaliação de duas Dissertações de Mestrado apresentadas e a realizar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Mais foi deliberado por unanimidade **tomar conhecimento** da sua participação como Moderador no evento científico a realizar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

25) Em **Recurso Hierárquico referente a Oficial de Justiça** foi deliberado, por maioria - com os votos de vencido dos Exmos. Senhores Presidente e Dr. João Vaz Rodrigues, com o voto de abstenção do Exmo. Senhor Professor Doutor José Manuel Moreira Cardoso da Costa e com os votos a favor do projecto dos demais Exmos. Senhores Conselheiros - **aprovar o projecto de deliberação** do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Leonel Serôdio, **no sentido de julgar o recurso procedente e anular as deliberações do COJ relativas ao Recorrente, com a realização de uma inspeção extraordinária ao serviço prestado pelo Recorrente, desde a data da realização da última inspeção ordinária.**

O Exmo. Senhor Presidente proferiu a seguinte declaração: *“Anularia a deliberação por vício decorrente da não audição do recorrente e determinaria que o COJ se pronunciasse, depois de ouvir o recorrente sobre a realização, ou não, da inspeção extraordinária, pelo que não determinaria a realização de inspeção extraordinária”.*

O Exmo. Senhor Dr. João Vaz Rodrigues declarou secundar a declaração do Exmo. Senhor Presidente.

*

26) Em **Recurso Hierárquico referente a Oficial de Justiça** foi deliberado por unanimidade **aprovar o projecto de deliberação** do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Jorge Raposo, **no sentido de negar provimento ao mesmo e manter na íntegra a deliberação recorrida.**

*



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

27) Apreciadas as candidaturas apresentadas para o exercício da função de representante do Conselho Superior da Magistratura, para integrar a lista de árbitros a constituir nos termos do artigo 384.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no seguimento de solicitação efectuada pela Secretaria de Estado da Administração e do Emprego Público, foi deliberado proceder-se à escolha através de voto secreto, em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento Interno do Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 216, de 10 de novembro de 2016 e observando-se o disposto no artigo 31.º, n.º 1, do CPA, tendo-se obtido o seguinte resultado:

- Dr. Francisco José Bordalo Lopes Henriques, Juiz de Direito no Juízo central criminal de Lisboa - Juiz 15 – 12 (doze) votos;
- Dr. Luís Filipe de Melo e Silva, Juiz de Direito no Juízo do trabalho de Setúbal - Juiz 2 – 0 (zero) votos;
- Em branco – 4 (quatro) votos.

Atento o resultado da votação, foi deliberado **indicar o Exmo. Sr. Juiz de Direito Dr. Francisco José Bordalo Lopes Henriques para integrar a lista de árbitros a constituir nos termos do artigo 384.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)**, comunicando-se, de harmonia com o disposto no n.º 5 deste artigo, a indicação em questão à DGAEP.

*

28) Apreciadas as candidaturas apresentadas para o exercício da função de representante do Conselho Superior da Magistratura, para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), no seguimento da deliberação do Conselho Plenário de 26-03-2019, foi deliberado proceder-se à escolha através de voto secreto, em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento Interno do Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário da

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

República, 2.ª Série, n.º 216, de 10 de novembro de 2016 e observando-se o disposto no artigo 31.º, n.º 1, do CPA, tendo-se obtido o seguinte resultado:

- Dr. Antero Luís, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa – 12 (doze) votos;
- Dr. José António Rodrigues da Cunha, Juiz Desembargador e Presidente da Comarca do Porto – 0 (zero) votos;
- Dr. Rui Francisco Figueiredo Coelho, Juiz de Direito no Juízo central criminal de Lisboa - Juiz 14 – 3 (três) votos;
- Em branco – 1 (um) voto.

Atento o resultado da votação, foi deliberado **designar o Exmo. Sr. Juiz Desembargador Dr. Antero Luís, como representante do Conselho Superior da Magistratura, para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal.**

*

29) Iniciada a apreciação do ponto em questão, o Exmo. Senhor Juiz Desembargador, Dr. Jorge Simões Raposo expôs aos Exmos. Senhores Conselheiros a metodologia de apreciação levada a efeito pelo Júri do 5.º CCATR.

Após ampla discussão foi deliberado, por unanimidade, **concordar com o relatório final do parecer complementar do Júri referente ao 5.º Concurso Curricular de acesso aos Tribunais da Relação**, na sequência da deliberação do Conselho Plenário de 26-03-2019, **procedendo-se à alteração da graduação** em conformidade com o mencionado parecer. Mais foi deliberado por unanimidade considerar que, não obstante o invocado pela Exma. Sra. Juíza Desembargadora reclamante, o Conselho Superior da Magistratura não descortina razões para alterar a pontuação atribuída a respeito do item atinente ao “prestígio pessoal e profissional”.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

30) Apreciado o expediente relativo ao pedido da Secretaria de Estado da Justiça em que solicita anuência para comunicação/publicação no sítio Portal da Justiça das decisões proferidas ao abrigo das normas dos artigos 50.º, n.º 2, 51.º, n.º 1 als a) e c) do Código Penal e 281.º, n.º 2 als. a) e c), do CPP, foi deliberado por unanimidade que o Conselho Superior da Magistratura **nada tem a opôr à publicitação no Portal da Justiça da listagem das instituições beneficiárias e dos respectivos valores atribuídos.**

*

31) Foi deliberado por unanimidade **concordar com o parecer referente ao Projecto de Lei nº 1158/XIII/4ª (PS)** “Reforçando a protecção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal”, concluindo que o projecto legislativo em causa dá corpo a legítimas opções de política legislativa, sugerindo-se que sejam considerados a expressa remissão do artigo 272.º-A do Código de Processo Civil para o artigo 271.º do mesmo Código, a inclusão na ressalva do n.º 4, do artigo 7.º-A do Código de Processo Penal, da prática de actos urgentes (artigo 320.º do Código de Processo Penal) e os efeitos da paragem processual no prazo de prescrição (artigo 120.º do Código Penal) e na continuidade da audiência (artigo 328.º do CPP), comunicando-se, em conformidade, à Assembleia da República.

*

32) Apreciadas as candidaturas apresentadas para o exercício da função de membro português no Comité Europeu para a Prevenção da Tortura (CPT), foi deliberado proceder-se à escolha através de voto secreto, em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Interno do Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 216, de 10 de novembro de 2016 e observando-se o disposto no artigo 31.º, n.º 1, do CPA, tendo-se obtido o seguinte resultado:

- Dr. Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro, Juiz de Direito no Juízo de instrução criminal de Matosinhos - Juiz 2 – 13 (treze) votos;
- Dra. Vânia Aguiar Vilas Boas, Juíza de Direito no Juízo local cível de Vila Nova de Gaia – 0 (zero) votos;
- Em Branco – 2 (dois) votos;
- Nulo – 1 (um) voto.

Atento o resultado da votação, foi deliberado **designar o Exmo. Sr. Juiz de Direito Dr. Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro, como representante do Conselho Superior da Magistratura, para exercício da função de membro português no Comité Europeu para a Prevenção da Tortura.**

*

33) Foi deliberado por unanimidade concordar com os pareceres relativos aos Projectos de Lei n.ºs 1147/XIII/4.ª (PSD), 1148/XIII/4.ª (PSD), 1149/XIII/4.ª (PSD), 1150/XIII/4.ª (PSD), 1151/XIII/4.ª (PSD), 1178/XIII/4.ª (CDSPP), 1152/XIII/4.ª (PCP), 1155/XIII/4.ª (PS), 1165/XIII/4.ª (CDS-PP) e 1166/XIII/4.ª (CDS-PP) e determinar a respectiva comunicação à Assembleia da República.

*

34) Em Recurso Hierárquico referente a Oficial de Justiça foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de deliberação da Exma. Sra. Dra. Lara Martins, no sentido da parcial procedência do mesmo, com a aplicação da sanção disciplinar de suspensão por 120 (cento e vinte dias), pela prática na forma de continuada de uma

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

infracção disciplinar pela violação dos deveres gerais de prossecução do interesse público, imparcialidade, lealdade e correcção.

*

35) Em Recurso Hierárquico referente a Oficial de Justiça foi deliberado por unanimidade aprovar projecto de deliberação da Exma. Sra. Dra. Sofia Silva, **no sentido da improcedência do mesmo, confirmando-se a decisão de aplicar sanção de multa** correspondente a três remunerações base diárias, pela violação, de forma continuada, do dever geral de prossecução do interesse público e do dever geral de zelo, nos termos conjugados dos art.ºs 73.º, nºs 2, al. a) e e), 3 e 7, 180.º, nº1, al. b), 181.º, nºs 2 e 185.º da Lei Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, ex vi art.º 89º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, e que a sanção aplicada no processo disciplinar n.º ... seja substituída pela sanção de multa a que acima se alude.

*

36) Apreciado o expediente referente ao XIV Encontro Anual do CSM, a ter lugar em Bragança, foi deliberado por unanimidade **designar para a realização do mesmo os dias 28 e 29 de Novembro de 2019 (este último, apenas manhã), sob o tema “Assessoria aos Juízes”**.

Mais foi deliberado por unanimidade **convidar os Exmos. Magistrados Judiciais da zona transfronteiriça para participar no Encontro**, no pressuposto um enriquecimento no debate e troca de experiências, atento o tema ora definido para o mesmo.

*

37) Apreciado o expediente remetido pela EUROJUST, em que solicita a nomeação de um novo Juiz de Direito como Perito Nacional Destacado (SNE, na sigla inglesa) para o Gabinete Português na Eurojust, foi



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

deliberado por unanimidade **autorizar a Exma. Sra. Juíza de Direito Dra. Ana Cristina de Almeida Gomes Moreira Wallis de Carvalho**, do Juízo de instrução criminal de Lisboa - Juiz 1 **a integrar o Gabinete Português na Eurojust**, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o disposto no artigo 4.º do regime dos Peritos Nacionais Destacados e no artigo 57.º, n.º 2, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, tal como indicado por tal entidade, com efeitos a partir de 01-09-2019.

*

38) Foi deliberado por unanimidade nomear como Juízes Coordenadores – Comarca de Setúbal - os seguintes Exmos. Senhores Juízes de Direito:

a) Dra. Elsa Regina Torres e Melo Ribeiro, como Juíza Coordenadora para o conjunto das secções da área cível sediadas no município de Setúbal;

b) Dra. Maria da Graça Duarte Fragoso, como Juíza Coordenadora para o conjunto das secções da área laboral/família e menores sediadas no município de Setúbal; e

c) Dr. Nelson Nobre Saramago da Silva Escórcio, como Juiz Coordenador para o conjunto de secções da área criminal sediadas no município de Setúbal.

*

39) Apreciado o expediente referente às necessidades de formação contínua de Magistrados Judiciais, no ano de 2019/2020, a realizar pelo C.E.J., foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Exmo. Sr. Juiz Desembargador Dr. Jorge Raposo, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

*



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

40) Apreciado o expediente referente a estágio de longa duração no âmbito do Programa de Intercâmbios da EJTN, a ter lugar no Tribunal de Justiça da União Europeia requerido pela Exma. Senhora Juíza de Direito do Quadro Complementar de Juízes de Lisboa, Dra. Andreia Valadares Ferra, na sequência da deliberação do Conselho Plenário de 04-06-2019 foi deliberado, por unanimidade, **manter as razões que levaram à tomada daquela deliberação, sem prejuízo de se salvaguardar a eventual ponderação de concessão de autorização à Exma. Senhora Juíza de Direito para integrar um Estágio de longa duração no Tribunal de Justiça da União Europeia, em futuros programas de intercâmbios, se então se considerar a respectiva pertinência.**

*

42) Em processo de **Inspecção Ordinária** a Exmo. Senhor Juiz de Direito foi deliberado por unanimidade **aprovar projecto de deliberação** da Exma. Senhora Dra. Lara Martins, **no sentido de improcedência de reclamação e da atribuição da classificação de “Bom com Distinção”.**

*

43) Em processo de **Inspecção Ordinária** a Exma. Senhora Juíza de Direito foi deliberado por unanimidade **aprovar projecto de deliberação** da Exma. Senhora Dra. Lara Martins, **no sentido de improcedência de reclamação, com indeferimento do pedido de prorrogação solicitado e da atribuição da classificação de “Bom com Distinção”.**

*

44) Foi deliberado por unanimidade **informar Sua Excelência, a Ministra da Justiça, de que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, o Conselho Superior da Magistratura considera adequado sejam indicadas 60 (sessenta)**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

vagas para a Magistratura Judicial, no âmbito do futuro curso de formação inicial do Centro de Estudos Judiciários.

*

45) Em processo de **Inspecção Ordinária** a Exmo. Senhor Juiz de Direito foi deliberado por maioria - com o voto de vencido do Exmo. Sr. Juiz Desembargador Dr. Leonel Serôdio - **autorizar a suspensão do processo inspectivo em curso, sobrestando-se a atribuição da classificação, por mais um ano.**

*

46) Em processo de **Inquérito** respeitante a Exma. Senhora Juíza de Direito, apreciada proposta de Exma. Sra. Inspectora Judicial, foi deliberado por unanimidade, no exercício do respectivo direito de audição, **notificar a Exma. Sra. Juíza de Direito, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 85.º do E.M.J., para se pronunciar, querendo, sobre a eventual aplicação da pena de advertência não registada.**

*

47) Em processo de **Inquérito** respeitante a Exmo. Senhor Juiz de Direito, foi deliberado por unanimidade **concordar com proposta de arquivamento formulada por Exmo. Sr. Inspector Judicial e determinar a remessa dos factos constantes do Inquérito, para consideração na próxima inspecção ao serviço do Exmo. Sr. Juiz de Direito.**

*

48) Em processo de **Inspecção Ordinária**, apreciado requerimento apresentado por Exma. Sra. Juíza de Direito em que solicita a apreciação da sua resposta ao relatório inspectivo e, tendo a sua notação ("Muito

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Bom”) sido homologada, foi deliberado por unanimidade **informar** a mesma de **que o Conselho Superior da Magistratura considera não existir pertinência na apreciação daquela resposta, uma vez que a proposta de notação máxima já se encontra homologada.**

*

49) Apreciado o pedido de alargamento do período da inspeção ordinária no âmbito do plano de 2019, formulado por Exma. Senhora Juíza de Direito, de forma a que o respectivo termo final seja fixado em data posterior ao dia 27 de Julho de 2019, foi deliberado por maioria - com a abstenção dos Exmos, Senhores, Presidente e Dr. Jorge Gonçalves, e com os votos favoráveis dos restantes Exmos. Senhores Conselheiros presentes - , **indeferir o solicitado, por ausência de fundamento legal para o efeito**, atento o disposto no artigo 7.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção do Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 221, de 17 de novembro de 2016, não consentir o requerido.

*

50) Apreciado o pedido de alargamento do período da inspeção ordinária no âmbito do plano de 2019, formulado por Exma. Sra. Juíza de Direito, em que solicita a suspensão da inspeção em curso até ao próximo mês de Outubro, foi deliberado por maioria - com a abstenção dos Exmos, Senhores, Presidente e Dr. Jorge Gonçalves, e com os votos favoráveis dos restantes Exmos. Senhores Conselheiros presentes - , **indeferir o solicitado, por ausência de fundamento legal para o efeito**, atento o disposto no artigo 7.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção do Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 221, de 17 de novembro de 2016, não consentir o requerido.



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

51) Apreciado o expediente remetido pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura de Timor-Leste, em que solicita a renovação da cooperação que os Senhores Magistrados, Juízes Desembargadores, Dr. Paulo Eduardo Cristão Correia, Dr. António Carlos Falcão de Beça Pereira e Juízas de Direito, Dra. Anabela Gomes Marques e Dra. Alexandra Elisabete Bride Veiga, vêm exercendo, nos termos do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Justiça Portuguesa e o Ministério da República de Timor-Leste, foi deliberado por unanimidade **nada ter a opôr, desde que por parte do Governo Português se mantenha o interesse nessa cooperação.**

Mais foi deliberado **dar conhecimento da presente deliberação ao Ministério da Justiça português.**

*

52) Apreciadas as candidaturas apresentadas para preenchimento da vaga de Inspector Judicial para a 4.^a Área de Inspeção, foi deliberado proceder-se à escolha de Inspector Judicial, através de voto secreto.

A votação foi precedida, como dispõe o artigo 31.º, n.º 1, do CPA, de uma discussão geral sobre a natureza das funções de inspetor e das qualidades pertinentes para o respectivo exercício funcional, tendo por base todos os elementos curricular dos Exmos. Candidatos, constantes do procedimento para o cargo de Inspector Judicial para a 4.^a Área e, após votação, foi obtido o seguinte resultado:

- Dra. Maria Amália Pereira dos Santos, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Guimarães: 1 (um) voto;
- Dra. Teresa Teixeira Sá Lopes, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação do Porto: 0 (zero) votos;



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

- Dr. Jorge António Gonçalves Magalhães dos Santos, Juiz de Direito do Juízo de família e menores de Matosinhos - Juiz 3: 0 (zero) votos;
- Dra. Ana Márcia do Amaral Vieira, juíza de Direito do Juízo local cível do Porto - Juiz 2: 0 (zero) votos;
- Dra. Carla Maria da Silva Sousa Oliveira, juíza de Direito do Juízo central cível de Viana do Castelo - Juiz 3: 0 (zero) votos;
- Dr. José Pedro Gonçalves Mano da Silva Paixão, Juiz de Direito do Juízo de família e menores de Vila Nova de Gaia - Juiz 3: 10 (dez) votos;
- Dr. José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro, Juiz de Direito do Juízo central cível de Guimarães - Juiz 3: 1 (um) voto;
- Dr. José Francisco Santos Saruga Martins, Juiz de Direito do Juízo central cível e criminal de Évora - Juiz 1: 1 (um) voto;
- Dr. Alberto Eduardo Monteiro de Paiva Taveira, Juiz de Direito do Juízo central cível de Vila Nova de Gaia - Juiz 2: 0 (zero) votos.

Em consequência, foi deliberado **nomear o Exmo. Juiz de Direito Dr. José Pedro Gonçalves Mano da Silva Paixão**, Juiz de Direito do Juízo de família e menores de Vila Nova de Gaia - Juiz 3, **como Inspector Judicial deste Conselho na 4.ª Área de Inspeção**, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.ºs 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

Mais foi deliberado comunicar o teor desta deliberação à Presidência da Comarca do Porto.

*

53) Foi deliberado por unanimidade concordar com o parecer do GAVPM e com a pronúncia emitida pelo Exmo. Vogal, Juiz Desembargador, Dr. Leonel Serôdio, sobre participação disciplinar apresentada por Exma. Sra. Juíza de Direito.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

*

54) Apreciado o expediente referente à comissão de serviço como Inspectora Judicial do CSM, da Exma. Senhora Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa, Dra. Isabel Maria Manso Salgado, da 20ª Área, que cessará as funções no próximo dia 31.08.2019, após ampla discussão entre os Exmos. Senhores Conselheiros presentes, foi deliberado por unanimidade, e não se verificando, *in casu*, a excepção prevista no n.º 1, *in fine*, do art.º 57.º, do EMJ, deverá -- após o termo da respectiva comissão de serviço-- **proceder-se à oportuna abertura de procedimento concursal para a vaga a ser deixada** pela Exmª Sra. Juíza Desembargadora supra referida, delegando-se no Exmo. Senhor Vice-Presidente deste Conselho Superior da Magistratura a definição da concreta Área de Inspeção a colocar a concurso, por existir a possibilidade de um dos actuais Inspectores Judiciais de outra área poder vir a ocupar tal vaga mediante prévia transferência, no exercício da preferência a que alude o n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção do CSM.

*

55) Apreciado o expediente referente à comissão de serviço como Inspector Judicial do CSM, do Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Nelson Paulo Martins de Borges Carneiro, da 15ª Área, que cessará as funções no próximo dia 25.10.2019, após ampla discussão entre os Exmos. Senhores Conselheiros presentes, foi deliberado por unanimidade, que não se verificando a excepção prevista no n.º 1, *in fine*, do art.º 57.º, do EMJ, deverá -- após o termo da respectiva comissão de serviço-- **proceder-se à oportuna abertura de procedimento concursal para a vaga a ser deixada** pelo Exmº Sr. Juiz Desembargador supra referido, delegando-se no Exmo. Senhor Vice-Presidente deste Conselho Superior da Magistratura a definição da

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019**Nota Informativa**

concreta Área de Inspeção a colocar a concurso, por existir a possibilidade de um dos actuais Inspectores Judiciais de outra área poder vir a ocupar tal vaga mediante prévia transferência, no exercício da preferência a que alude o n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção do CSM.

*

56) Apreciado o expediente referente à comissão de serviço como Inspector Judicial do CSM, do Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora, Dr. Nuno Maria Rosa da Silva Garcia, da 14ª Área, que cessará as funções no próximo dia 17.11.2019, bem como a apreciação do requerimento apresentado por este Exmo. Senhor Inspector Judicial, em que solicita a cessação da comissão de serviço com efeitos a 30 de Setembro de 2019, após ampla discussão entre os Exmos. Senhores Conselheiros presentes, foi deliberado por unanimidade, **aceitar o pedido formulado e - após o termo da respectiva comissão de serviço- proceder-se à oportuna abertura de procedimento concursal para a vaga a ser deixada** pelo Exmº Sr. Juiz Desembargador supra referido, delegando-se no Exmo. Senhor Vice-Presidente deste Conselho Superior da Magistratura a definição da concreta Área de Inspeção a colocar a concurso, por existir a possibilidade de um dos actuais Inspectores Judiciais de outra área poder vir a ocupar tal vaga mediante prévia transferência, no exercício da preferência a que alude o n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção do CSM.

*

57) Foi deliberada por unanimidade a **renovação da comissão de serviço do Exmº Senhor Inspector Judicial, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, Dr. António José da Ascensão**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Ramos, na 8.ª área, por mais três anos, nos termos dos artigos 53º, 54º, n.ºs 1, 2 e 3, 55º e 56º, n.º 1, alínea a) do EMJ.

*

58) Foi deliberado por unanimidade **aprovar o Relatório de Actividades – 2016-2019 – Plano de Transmissão da Informação, elaborado pelo Exmo. Senhor Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, Dr. Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco.**

*

59) Foi deliberado, por unanimidade, **indeferir pedido de prorrogação do estatuto de equiparação a Bolseiro no País**, relativamente a Exma. Senhora Juíza de Direito, atentas as necessidades do serviço, a manifesta falta de quadros de magistrados judiciais e ponderado o disposto nos artigos 31.º e 32.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais.

*

60) Foi deliberado, por unanimidade, **indeferir pedido de equiparação a Bolseiro no País**, relativamente a Exma. Senhora Juíza de Direito, atentas as necessidades do serviço, a manifesta falta de quadros de magistrados judiciais e ponderado o disposto nos artigos 31.º e 32.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais.

*

61) Foi deliberado, por unanimidade, **indeferir pedido de prorrogação do estatuto de equiparação a Bolseiro no País**, relativamente a Exma. Senhora Juíza de Direito, por não ter sido observado o disposto no n.º 3 do artigo 32.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019**Nota Informativa**

*

Foram adiados os seguintes pontos da tabela: 1.2.2; 1.2.3; 1.2.6; 1.2.9; 1.2.13; 2.2.1; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 3.2.2; 3.2.3; 3.2.7; 3.2.9 (quanto aos Exmos. Senhores Juízes Desembargadores, Dr. Manuel José Aguiar Pereira e Dr. Artur Manuel da Silva Oliveira); 3.2.10; 3.2.12; 3.2.14; 3.2.18; 3.2.22; e 4.2.1.

*

No âmbito de processo disciplinar e estando também presente o respectivo inspector judicial, procedeu-se a audição de Exma. Senhora Juíza Desembargadora.

*

O Exmo. Senhor Presidente concedeu ao Juiz-Secretário, Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco e aos Exmos. Senhores Adjuntos do GAVPM, Juiz de Direito, Dr. Ruben Jorge Marques Morais de Oliveira Juvandes e Juíza de Direito, Dra. Cátia Raquel Moço da Costa Santos, a medalha do Conselho Superior da Magistratura.

*

O Exmo. Senhor Presidente manteve o agendamento antes efectuado - Sessão Plenária no dia 3 de Setembro de 2019 - , designando o início do mesmo para as 11.00 horas, atenta a tomada de posse da Exma. Senhora Dra. Ana Chambel Matias, como Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura, agendada para as 10 horas e 30 minutos do mesmo dia.

A Sessão Plenária foi declarada encerrada às 17 horas e 40 minutos do dia 09-07-2019.



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-07-2019

Nota Informativa

Lisboa, 16 de Julho de 2019.

**O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura,
Carlos Gabriel Donoso Castelo Branco.**

